
Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero

*Similarities and differences: social history,
cultural history and gender perspective*

Rejane Barreto Jardim*
Jordana Alves Piepper**

Resumo: A escrita da história foi sofrendo alterações seguindo, muitas vezes, as conjunturas do contexto social – como o período entre guerras na Europa ocidental. Assim, se deu a grande revolução dos *Annales*, visto que a história *eventual factual* já não dava conta dos vários questionamentos que a historiografia europeia, em geral, e a francesa, em particular, produziam naquele período. A considerada “Revolução Francesa” da historiografia proporcionou várias contribuições importantes à pesquisa em história, desde novas metodologias até novas perspectivas. Dentre essas novas perspectivas, surge a categoria *gênero*. Neste artigo, pretende-se explorar as relações entre a história social, a história cultural e o espaço ocupado pelo debate proporcionado pelos estudos de gênero.

Palavras-chave: História social; história cultural; gênero.

Abstract: The writing of History has gone through changes, often according to the junctures of the social context – as the interwar period in Western Europe. Thus, came the great revolution of the *Annales*, since the *eventual factual* History could not handle the many questions that European historiography in general, and French in particular, produced in that period. The considered “French Revolution” of historiography provided several important contributions to History research, as new methods and new perspectives. Among these new perspectives, there is the *Gender* Category. Our article aims to explore the relations between the social history, cultural history and the space occupied by the debate provided by the gender studies.

Keywords: Social history; cultural history; gender.

* Doutora em História pela PUCRS. Professora de História no Departamento de História e Antropologia da UFPel. *E-mail:* rejane.jardim@hotmail.com

** Acadêmica do curso de História da UFPel. *E-mail:* jordanaalves@hotmail.com

Nosso debate pode inspirar-se, muito tranquilamente, no conhecido e debatido livro *A escrita da história: novas perspectivas*, organizado pelo historiador inglês Peter Burke (1992). Nessa obra, vários são os pesquisadores que nos proporcionam uma excelente revisão da escrita da história em nosso século, a começar pelo próprio Burke, que, no artigo de abertura, oferece-nos um panorama muito interessante sobre a tarefa do profissional da pesquisa em história. Nesse artigo, Burke propõe um balanço acerca das relações entre a assim chamada “Nova História” e uma história mais tradicional, contra a qual teriam se levantado os pais fundadores dos *Annales: économies, sociétés, civilisations*.

Como já é do conhecimento do público mais especializado, os *Annales* levantaram-se contra uma história que, até então, hegemonicamente, priorizava o estudo dos eventos de uma determinada ideia de política. Dessa forma, no fim da década de 20 (séc. XX), e no começo dos anos 30 (séc. XX), a ideia era combater a história política que se fazia. Esse combate priorizou o *social* em detrimento do *político*. Nessa perspectiva, organizava-se uma nova ideia de história, uma Nova História Social (NHS), que se contrapunha a uma velha história política, a qual via o passado como um quadro que reproduzia fielmente os fatos acontecidos, fatos esses que se explicavam por si mesmos.

A crença numa história homogênea e universal era tal que, em 1902, Lord Acton, editor de uma importante revista de Cambridge, defendia aos colaboradores da revista, que “o nosso Waterloo deve ser tal que satisfaça do mesmo modo a franceses e ingleses, alemães e holandeses” e, mais, sem que se pudesse perceber de quem teria sido a autoria da narrativa.

Pois bem, foi, então, contra tal visão que se levantaram (e não só na França) os profissionais de história que ambicionavam uma história para além dos *eventos da grande política*, sendo que por *política* entendia-se aquela fundamentalmente ligada ao Estado, à noção de história e política. Aquela perspectiva hegemônica pode ser melhor demonstrada pela seguinte frase, atribuída a outro renomado professor de História em Cambridge: “História é a política passada: política é a história presente.”¹ Esse contexto apresenta-se como o nascedouro daquilo que hoje chamamos história social.

Então, isso nos leva a propor algumas questões norteadoras para o debate que aqui se apresenta. Afinal, o que há de novo na nova história? Quem são os herdeiros da velha e da nova histórias? A escrita da história

pode se dar, apesar do real, em que pesem as preocupações do historiador e do seu tempo? Quais são as fronteiras entre as assim chamadas história política, história econômica, história social e história cultural? Seriam todas elas herdeiras de uma mesma tradição, preocupada com o sentido histórico, o desdobramento de uma preocupação com o tempo, que parece pertencer à sociedade humana bem antes da era moderna ou da era clássica foucaulteana? Além dessas perguntas, é conveniente questionar: qual seria a diferença entre história social e história cultural? Como se constitui aquilo a que chamamos *civilização*?

Para ajudar na resposta a essas questões, seria bastante esclarecedor pensarmos nos termos propostos por Barbara Weinstein (1998), artigo publicado por essa autora na *Revista Brasileira de História*. Wienstein sugere pensar que a principal diferença entre a NHS, aquela dos pais fundadores dos *Annales*, e a Nova História Cultural (NHC), a da assim chamada Terceira Geração, seria o fato de que para a NHC a grande questão está nos modos de representação e na construção discursiva das identidades e das subjetividades, que se constituem em reflexos daquilo que se conhece por *virada linguística*. O ponto de partida para a NHS teria sido a noção de *experiência*, enquanto para a NHC o ponto é a noção de *discurso*. Exemplificando: a autora diz que o historiador social, quando fala de trabalho, está se referindo à *experiência* dos operários em relação ao processo de trabalho. Já o historiador cultural, quando fala em trabalho, estaria se referindo à construção de diferentes noções de trabalho e da linguagem usada para isso, portanto, é o *discurso* sobre o trabalho e não a *experiência* de trabalho. (WEINSTEIN, 1998, p. 230).

Já, para Burke, existem ainda outras questões a serem observadas, tais como o problema do individual e do coletivo. Debate que, de certa forma, já estava presente desde a Primeira Geração dos *Annales*, isso sem falar de iniciativas críticas quanto a um modo único de produção do conhecimento histórico que, segundo Burke, remontaria a Políbio (203 a.C. – 201 a.C.) que teria feito movimentos de renovação da escrita da história, passando pelos historiadores dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

Uma das novidades da NHC seria a proposição de uma história vista de baixo, em contraposição a outra vista de cima, e que está relacionada ao problema do papel dos sujeitos coletivos ou individuais da história.

A NHC possui, obviamente, como não poderia deixar de ser, suas limitações, e uma delas, se não for a principal, seria seu conceito pouco preciso de cultura, que acarretaria para a NHC o mesmo tipo de impasse que a VHP teve: se tudo é político, por que há a necessidade de uma história política? Se tudo é cultura...?

De qualquer forma, desde os pais fundadores dos *Annales*, a grande proposta foi a interdisciplinaridade que teria estabelecido o diálogo com outras disciplinas, mas que teria, quase irremediavelmente, afastado os historiadores entre si. É mais fácil o diálogo entre um historiador e um cientista político ou um historiador e um antropólogo, do que o diálogo dentro da própria disciplina de História. Nesse aspecto, Burke (1992) chama a atenção para o que se pode considerar, também, uma inovação na NHC: a existência, hoje, de uma quantidade mais numerosa de historiadores da cultura e o fato de esses se recusarem a ser marginalizados.

Seja como for, ou pelo caminho de uma história dos de cima ou dos de baixo, dos sujeitos individuais ou coletivos ou pela ideia de uma história consciente ou inconsciente, racional ou irracional, o que é provável (e desejável) é que aconteça um caminho do meio, como diria Roger Chartier, uma história social do cultural ou uma história cultural do social (1990, p. 97), encaminhando para uma escrita da história que apresente formas narrativas de análise ou formas analíticas de narrativa.

A oposição entre uma *grande* história e uma *pequena* história – de história com **h** maiúsculo – e uma história menor tende a desaparecer na medida em que o trem da história for avançando. O caminho do meio ou uma terceira via parece ser o resultado dos combates pela história.

Um exemplo concreto dessa terceira via pode ser observado no campo dos estudos de gênero e dos estudos feministas, os quais vêm passando por grandes mudanças desde os primeiros estudos publicados nas décadas de 60 e 70 (séc. XX).

Hoje vemos crescer o interesse por essa temática, não sem a intransigente postura das pesquisadoras que, como diz Burke (1992), recusam-se à marginalidade. O debate que se faz nesse campo, para usar um conceito de Pierre Bourdieu (1995), tem levado à reflexão acerca do que, de fato, estaria presente na fundação das civilizações: experiência ou discurso. Assim, as pesquisadoras compreendem que, de uma forma ou de outra, é impossível negar a importância da noção de poder que

perpassa a relação entre os sexos, e que essa relação poderia significar um modo primordial de exercício de poder, entendendo o conceito de *poder* para além do político, para além do social e, quem sabe, aproximando-se de uma definição do que seria o *cultural*.

O objeto: história das mulheres

Ao tratar da história das mulheres, é necessário que sejam tomados alguns cuidados, pois, muitas vezes, na intenção de demonstrar a sua importância, caímos na tentação de fantasiar e de idealizar. É claro que o pesquisador tem afinidade com seu objeto. Isso é inegável! O importante a ser ressaltado é que surgem algumas ciladas que acabam nos afastando do objeto e nos aproximando de um texto literário.

A primeira cilada, com a qual se deve tomar cuidado, é a tendência de analisarmos a luta feminista de forma ideológica, pois, para legitimá-la, acabamos por cair em um ufanismo feminista, que não caracteriza o movimento feminista de fato. Sim, certamente, o movimento almejava grandes modificações na sociedade, contudo, segundo Telles, é necessário cuidar para não promover o narcisismo:²

Quero lembrar que não se trata aqui da chamada revolução feminista, com tantas polêmicas e conotações ideológicas, com tantos acertos e desacertos, agressões e egressões demagógicas, o fervor de congressos e comícios beirando a histeria na emocionada busca da liberdade. Houve, sem dúvida, uma explosão de narcisismo tumultuando as idéias no natural ressentimento das mulheres se confundindo nos exageros, toda revolução é mesmo exagerada. (SCOTT, 1992, p. 65).

Para a autora, na verdade, a revolução caracteriza-se por ter sido planejada com mais prudência e, contudo, é ambiciosa, pois começou no século passado e se desenvolveu no processo da Segunda Guerra Mundial. (TELLES, 2000, p. 669).

Já a segunda cilada trata-se das simplificações existentes em muitos trabalhos que se propõem a pesquisar a história da história das mulheres. No processo de desenvolvimento dessa história, muitos pesquisadores acabam desvinculando a história das mulheres dos movimentos feministas, parecendo que houve uma ruptura, com o passar do tempo, da política, bem como também a história desse objeto de pesquisa que

é, muitas vezes, escrita com uma linearidade um tanto quanto simplória, pois o movimento vai alterando suas perspectivas, transformando conceitos, criando metodologias que lhe possibilitam adentrar em todos os campos da sociedade. Scott, ao tratar desse assunto, afirma que

a história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história. Embora a história das mulheres esteja certamente associada à emergência do feminismo, este não desapareceu, seja como uma presença na academia ou na sociedade em geral, ainda que os termos de sua organização e de sua existência tenham mudado. (1992, p. 65).

Para que o pesquisador não caia nesses desvios, é preciso sempre, de novo, confrontar as fontes, relativizar as verdades citadas na bibliografia, bem como buscar a erudição como ponto de partida.

Uma nova proposta para a escrita da história: relações de gênero

Para iniciar a discussão sobre gênero, é relevante pensar sobre o que vêm a ser a história e a sua escrita; sendo assim, Michele Perrot traz uma ótima definição: “A história é o que acontece, a seqüência dos fatos, das mudanças, das relações, das acumulações que tecem o devir da sociedade. Mas é também o relato que se faz de tudo isso.” (2008, p. 16).

Segundo a autora, a história não é somente a soma dos acontecimentos, é também o que se escreve sobre esses fatos. Perante isso, é evidente que o esquecimento da mulher no processo histórico não está ligado a acontecimentos passados, mas na escrita desses acontecimentos. A mulher nunca deixou de fazer história, contudo, foi escolhido não registrar as suas falas, suas ações, ou melhor, sua história. Como reclamação contra toda essa invisibilidade, surgem movimentos feministas em vários cantos do mundo para propor um novo olhar, com uma nova abordagem que trate a mulher com a mesma importância social gozada pelos homens.

O positivismo, com sua proposta de escrita da história ligada ao poder e à manutenção do poder dos homens, é um dos motivos citados por Jone E. Hahner, pois, segundo ela,

uma razão importante para essa desatenção diz respeito à natureza da história tradicional assim como àquela que a escrevem. Os homens enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permanecem à margem das principais relações do desenvolvimento histórico. (1981, p. 14).

Essa história excluía as mulheres de todos os possíveis campos de atuação, pois a elas não era permitido estar na história, da mesma maneira que não poderiam escrever a história. Assim, não havia possibilidades para uma transformação ou para uma discussão.

Com o advento de uma história econômica e social, interessada em resgatar a história dos marginalizados da sociedade, vê-se, aí, uma possibilidade para um escrita nova e, portanto, abre-se um espaço para a história das mulheres. Contudo, essa acabou sendo desenvolvida a partir da perspectiva marxista, na qual as relações entre homens e mulheres estariam, agora, vinculadas à mesma ideia de embate entre classes sociais distintas. Essa proposta acabava por não proporcionar, de fato, relações entre os sexos, já que as mulheres não se viam como classe social lutando contra os homens. Como Beauvoir afirma: “Nem sempre houve proletários, sempre houve mulheres.” (1970, p. 12). Assim, os conceitos marxistas acabavam por não resolver o problema da história das mulheres.

Porém, a visão marxista proporcionou vários estudos sobre o trabalho das operárias. Afinal, o século XIX foi marcado pela aceitação feminina no meio industrial. Esses estudos foram de grande importância para se repensarem algumas definições para o feminismo. Essas discussões deram-se com mais afinco quando a antropologia e a história social passaram a reanalisar os movimentos, desvinculando-os do *marxismo*. (GONÇALVES, 2006, p. 59).

Mas foi com Michel Foucault (1979, 1996) que a história das mulheres passou a ganhar um embasamento teórico mais eficaz para analisar as fontes. Considerando que existia uma escassez de fontes sobre mulheres, era necessário encontrar novas formas de analisar os documentos existentes, como Perrot claramente explica:

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígio. (2008, p. 21).

Através de Foucault, é possível analisar os documentos que se tem a partir de outra ótica, já que ele se propõe a analisar o exercício do poder nos seus mais variados discursos. Afinal, o poder não se dá somente de maneira formal, via Estado, mas o cotidiano das pessoas é regido por relações de poder, onde essas se vinculam a um discurso norteador. Assim, se investigam os discursos e as relações de poder existentes nas fontes disponibilizadas. É através desse estudo que poderemos chegar ao cerne da questão, pois o próprio Foucault afirma que o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (1996, p. 10).

Por meio da busca pela manutenção ou obtenção do poder é que se formam os mais variados discursos. Isso é possível identificar no discurso biológico, por exemplo, muito utilizado para justificar a distinção dos sexos pelo fenótipo e colocar a mulher como sendo a parte inferior dessa relação, ou seja, o *ser mulher* é caracterizado pelas marcas de seu corpo, da mesma forma se dá com o *ser homem*.

O discurso biológico acaba universalizando ou naturalizando a ideia de gênero como sendo ele determinado pelas diferenças sexuais entre os corpos biológicos. Diante disso, Henrietta Moore (1997) expõe a ideia de que as categorias *homem* e *mulher* são socialmente construídas e não podem ser consideradas naturais, fixas ou predeterminadas; sendo assim, não se pode negar a importância do processo cultural na formação de uma pessoa.

Outra autora que buscou desarticular esse discurso foi a própria Beauvoir, quando afirma que, dentro dessa perspectiva, a mulher acaba se definindo a partir do que vem a ser o homem; o corpo da mulher é distinguido a partir do corpo do homem. “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela, a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o sujeito, o absoluto; ela é o outro”. (1970, p. 10).

Com o espaço aberto e o suporte dado pelos debates que vêm se realizando no campo da pesquisa histórica, desde o pós-guerra, os movimentos feministas e seus aliados ampliam sua discussão teórica chegando a propor uma nova categoria de análise para a história: o *gênero*. Tendo como um grande nome o de John Scott, essa autora diz que o gênero não é adquirido ao nascer nem determinado pelo biológico, mas é formado pela cultura.

O termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um determinador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar a luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais”. (SCOTT, 1995, p. 75).

Outro ponto importante sobre o gênero é que essa nova perspectiva propõe-se a ser uma categoria que analisa as relações entre os sexos e não somente a exaltação de um. Por isso, encontrou em Foucault (1979, 1996), com a sua teoria das relações de poder e da trama discursiva, a base para esse novo método.

Notas

¹ Segundo Burke, o tal professor seria Sir John Seeley, Catedrático de História em Cambridge.

² *Narcisismo*, segundo a definição de Simone de Beauvoir, “é um processo de

alienação bem definido: o eu é posto como um fim absoluto e o sujeito nele foge de si”. (1967, p. 395).

Referências

- BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a história das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *As mulheres e a história*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales* (1929-1989). 2. ed. São Paulo: Ed. da UEP, 1991.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UEP, 1992.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- _____. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967. v. 2.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasileira, 1981.
- MOORE, H. *Compreendendo sexo e gênero*. Trad. de Júlio Assis Simões. London: Routledge, 1997.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1992. p. 63-95.
- _____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 15, n. 2, p. 71-97, jul./dez. 1995.
- TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- TELLES, Lygia F. Mulher, mulheres. In: PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANESI, C. (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 669-672.
- WEINSTEIN, Bárbara. A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, n. 35, p. 227-246, 1998.

